Abre Aspas: Ministro Pratini de Moraes



Segundo o ministro, muito foi feito, mas é preciso continuar fazendo mais

SUCESSÃO DE ACERTOS

O Brasil ostenta recordes e superávits na balança comercial do agronegócio. E tem tudo para consolidar essa posição nos próximos anos

ÁUREA VARJÃO

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, fala com entusiasmo sobre o crescimento das exportações agropecuárias, mesmo enfrentando condições adversas, como o protecionismo e os subsídios concedidos por países do Primeiro Mundo. Ele garante que o Brasil, com eficiência e produtividade, tem posição de destaque no mercado internacional e que o agronegócio tem sido determinante para o crescimento da economia. "Aqui temos boas notícias. Estamos batendo recordes em nossas colheitas, com a previsão de ultrapassar 105 milhões de toneladas de grãos na safra 2002/2003. O setor deve apresentar, este ano, um superávit de US$21 bilhões. Outro dado importante é que estamos há mais de um ano sem casos de febre aftosa, o que facilita a abertura de mercados para a carne que produzimos. A agricultura e a pecuária brasileiras estão cada vez mais gerando renda e emprego para nosso povo". Segundo Pratini, o Brasil só precisa deixar de ser comprador e passar a ser vendedor, com as cadeias produtivas do agronegócio despertando para a necessidade de investir na promoção internacional de seus produtos.

Quais os principais avanços registrados pela agricultura brasileira durante seu período no Ministério da Agricultura?

— Há avanços como o aumento da produtividade agrícola, o crescimento da produção de grãos, o crescimento da exportação de carnes e o apoio técnico e financeiro para fomentar a produção agropecuária. Também tivemos incrementos nas exportações do agronegócio, o que estimulou a cadeia produtiva brasileira na conquista de mercados, e lutamos contra as barreiras impostas pelas nações desenvolvidas a produtos agropecuários de países emergentes como o Brasil.

Promovemos a disseminação da tecnologia no campo, destinamos R$21,7 bilhões para o lançamento de um plano agrícola e pecuário dos mais elogiados nos últimos anos e implementamos programas como o Moderfrota, que renovou nossas máquinas agrícolas, com resultados positivos facilmente mensuráveis.

Ultrapassamos a barreira dos 100 milhões de toneladas na safra de grãos e muitos avanços estão registrados na fruticultura, na piscicultura, na preocupação com o meio ambiente e principalmente na busca da sanidade com qualidade para os nossos rebanhos. Hoje somos reconhecidos internacionalmente como um país altamente competitivo. Repito: temos qualidade com sanidade. Quem negocia conosco sabe disso.

O Brasil soube aproveitar a crise de sanidade animal dos países desenvolvidos para ganhar espaço no mercado mundial de carnes?

— Sempre que me fazem essa pergunta respondo que nosso esforço para ganhar espaço no mercado mundial é embasado na qualidade e na sanidade dos nossos rebanhos, independentemente da crise que afeta ou não outros países concorrentes. O Brasil ambiciona ocupar o primeiro lugar no *ranking* internacional dos maiores exportadores de carne bovina. Essa é uma das razões dos esforços para que o chamado boi ecológico — alimentado à base de pasto, criado sem confinamento e livre da febre aftosa e da doença da vaca louca — conquiste os consumidores de todo o mundo. Mais de 80% desse rebanho estão livres da febre aftosa e até 2004 a doença estará erradicada do país.

Esses ganhos estão consolidados?

— A consolidação dos nossos ganhos depende da adoção de um marketing internacional mais agressivo. Nossos produtos são de primeiríssima qualidade e precisamos divulgar isso sempre. Tenho dito que o Brasil deve deixar de ser comprador e aprender a vender. Os mecanismos para desencadear o processo estão aí: produtos com qualidade e sanidade, tecnologia disponível, marketing e uma ação coordenada entre o governo e produtores.

"O Brasil precisa deixar de ser comprador e aprender a vender. Os mecanismos para desencadear esse processo aí estão: produtos com qualidade e sanidade, tecnologia disponível, marketing e uma ação coordenada entre o governo e os produtores."

Alguns especialistas em pecuária afirmam que o Brasil precisa liderar um processo latino-americano de combate à febre aftosa. Dizem eles que, sem isso, o país não se livrará da doença, dado o intercâmbio de rebanhos nas áreas de fronteira. Como o senhor avalia essa proposta?

— O Brasil é reconhecido internacionalmente pelo trabalho de sanidade animal que desenvolve. O governo federal coordena esse esforço, por intermédio do ministério, e tem como parceiros os governos estaduais e o setor privado. Ao implantar um programa nacional para a erradicação da febre aftosa de todo o território nacional até 2004, o país compartilha e participa da meta para a sua erradicação do continente sul-americano até o ano de 2009.

Nos últimos anos, o governo investiu mais de R$1 bilhão no combate à aftosa. A luta, de forma organizada e oficial, contra a doença mudou o foco do programa — do controle para a erradicação. Houve uma decisão pela não-convivência com a doença, envolvendo setores governamentais e privados. Essa determinação interna tem sido levada a encontros internacionais, principalmente com os países vizinhos com que temos fronteira física. Todo cuidado é pouco e por isso não só aumentamos o esquema de vigilância sanitária, em ações conjugadas com os governos estaduais, como em casos extremos fechamos nossas fronteiras com o apoio das Forças Armadas — como aconteceu recentemente com o Paraguai. Nosso rebanho é sadio e vai continuar sendo. Estamos há mais de um ano sem qualquer ocorrência de aftosa em todo o território nacional.

Em novembro teremos no município de Caxias, Rio de Janeiro, as reuniões do Comitê e da Comissão Geral de Febre Aftosa da Organização Internacional de Epizootias (OIE), que pela primeira vez acontecerão fora da sede da entidade em Paris. Isso mostra o reconhecimento do trabalho que o Brasil vem realizando em relação a programas de erradicação de doenças animais.

O Brasil registrou forte expansão na produção de grãos, em especial nas últimas duas safras. E tem ótima perspectiva de plantio para 2002/03. Que fatores dinâmicos explicam esses avanços?

— Os investimentos em pesquisa fizeram o Brasil alcançar um excelente desempenho, basicamente, por ganhos de produtividade, crescendo 74% em 10 anos. Os resultados refletem-se em sucessivos recordes na balança comercial do agronegócio que, em 2001, atingiu o superávit de US$19

bilhões na produção de grãos, e que na safra 2002/03, deverá superar o volume de 105 milhões de toneladas. Para esta safra os recursos postos à disposição dos produtores cresceram de forma substancial e deverão alcançar R$26 bilhões, incluídos os destinados à agricultura familiar e programas fundiários. Isso representa um enorme crescimento de 282% nos últimos sete anos.

No *ranking* mundial, somos os primeiros na produção de cana-de-açúcar, laranja e café. Estamos em segundo lugar em soja, carne bovina, carne de aves e milho. Nossa produção de frutas ocupa o terceiro lugar. Isso é reflexo, principalmente, do sucesso de programas de investimentos aprovados pelo presidente Fernando Henrique nos planos agrícolas e pecuários. Estamos prontos para enfrentar qualquer desafio. Muito foi feito, mas é preciso continuar fazendo mais.

■ Em sua última entrevista a AgroanalysiS, o senhor disse trabalhar com produtos dinâmicos, como carnes, frutas, cafés especiais etc. O que deu certo e o que não andou nessas cadeias?

— A resposta a esta pergunta está no Plano Agrícola e Pecuário 2002/03: o acerto da política adotada reflete-se nos principais indicadores de desempenho do agronegócio. A safra de grãos atingiu 100,3 milhões de toneladas em 2000/01. No ano passado o PIB agropecuário atingiu R$99,4 bilhões e as exportações chegaram a aproximadamente US$24 bilhões, com um superávit de US$19 bilhões. As vendas de adubos, os programas de investimento, o avanço do sistema de plantio direto e o zoneamento agrícola são fatores que permitem à agricultura brasileira atingir novos patamares de produtividade e qualidade.

■ Há algum sinal de flexibilização das políticas protecionistas dos países desenvolvidos contra nossas exportações agrícolas?

— O cenário atual é melhor do que no passado recente, embora esteja muito distante do que é pretendido pelo Brasil. Por sermos uma potência agrícola altamente competitiva enfrentamos barreiras no comércio internacional do agronegócio. Esses bloqueios e dificuldades são conhecidos: cota para exportação, sobretaxas e barreiras sanitárias, subsídios que os países desenvolvidos dão aos seus produtores ou para estimular as suas exportações. Essas medidas provocam um desequilíbrio nas relações comerciais internacionais. No caso brasileiro temos uma perda anual de US$6 bilhões por causa dessas políticas. Mas, apesar de todas essas dificuldades, temos conseguido avanços nas relações comerciais bi e multilaterais. Esse é um processo de negociação lento, mas, aos poucos, abrimos espaços para os produtos do agronegócio brasileiro, buscando novos parceiros. Recentemente, a União Européia aceitou rever a sua cota para a importação de café solúvel brasileiro, a Organização Mundial do Comércio (OMC) aprovou a revisão dos subsídios agrícolas concedidos pelos Estados Unidos e União Européia. Mesmo assim, é necessária uma atenção permanente, principalmente tendo em vista propostas e medidas oficiais que são tomadas por governos de países com os quais mantemos relações comerciais e que nos prejudicam. Para isso, recorremos aos foros oficiais para discussão desses temas, no caso, a OMC.

"Nosso rebanho é sadio e continuará sendo. Estamos há mais de um ano sem qualquer ocorrência de febre aftosa em todo o território nacional. A reunião da OIE no Rio, pela primeira vez fora de Paris, é um reconhecimento ao esforço brasileiro."

■ O Brasil está abrindo painéis na OMC contra determinados países em cadeias como açúcar, frango e soja, entre outros?

— Sim, estamos abrindo consultas. Nossos diplomatas entraram no fim de setembro com dois contenciosos na OMC contestando os subsídios da União Européia ao açúcar e dos Estados Unidos ao algodão. Esses subsídios prejudicam fortemente nossos produtores, que perdem sua capacidade de competitividade no mercado internacional. O governo brasileiro decidiu recorrer à OMC em atendimento às reivindicações apresentadas pelas cadeias produtivas desses dois setores ao ministério. O setor agrícola também já encomendou estudos contra o aumento da taxa de importação do frango brasileiro pela União Européia. Os europeus querem passar de 15% para 75% o percentual da taxa de importação do frango salgado brasileiro, que terá reflexos negativos para a economia nacional. Não podemos aceitar essas práticas desleais.

■ As recentes medidas de suporte à cadeia do café, como os leilões de opções, alcançaram os objetivos pretendidos?

— Não tenho a menor dúvida quanto a isso. As medidas por nós adotadas de apoio à comercialização do produto têm contribuído para uma comercialização mais ordenada, com reflexo na sustentação das cotações de café. Tão logo anunciamos o lançamento dos contratos de opção de venda, os preços praticados no mercado começaram a reagir. Houve reação tanto nos preços internos quanto nos principais mercados externos. Acredito que a recessão do setor cafeeiro está chegando ao fim.

■ Pelo menos três dos quatro principais candidatos à presidência da República falam em ampliação das linhas de crédito do Moderfrota em seus eventuais governos. Essas linhas de crédito poderiam ter sido ampliadas na sua gestão?

— Com juros fixos para o crédito rural foi possível melhorar a operacionalização do custeio e criar diversos programas de investimento, como o Moderfrota, o Proleite e o Programa de Construção de Armazéns na Propriedade, que têm acelerado a modernização do setor. Recentemente foram lançados novos programas como o de Financiamento à Irrigação, o de Plantio de Florestas e o de Financiamento à Industrialização das Cooperativas. Na área da comercialização, além do aperfeiçoamento nas normas de crédito, utilizamos com muito sucesso instrumentos modernos como os Contratos de Opção e o Prêmio para Escoamento de Produtos (PEP).

Um dos principais responsáveis pelo êxito recente da agricultura brasileira é o Moderfrota. É uma linha de crédito com recursos do BNDES com encargos financeiros equalizados pelo Tesouro Nacional, para que os agricultores de todo o Brasil possam investir na mecanização do campo. Os agricultores brasileiros ganharam melhores condições tecnológicas para enfrentar a concorrência no mercado agrícola internacional.

Quanto já foi aplicado no programa?

— Desde o lançamento, em março de 2000, até agosto de 2002, o programa já recebeu R$4,1 bilhões de recursos oficiais para financiar as operações de crédito. A partir de julho de 2002, mais R$1 bilhão foi disponibilizado para o programa, com o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2002/03.

Em 2001, as vendas internas de máquinas e implementos agrícolas chegaram a 35.252 unidades, ou seja, mais 15,4% sobre o ano anterior. De janeiro a agosto de 2002, o resultado foi de 25.517 máquinas vendidas no mercado interno, 19,1% a mais em comparação com o mesmo período em 2000. As vendas externas de tratores e colheitadeiras saltaram de US$38 milhões, em 1999, para US$145 milhões, em 2001. No ano passado, o setor exportou 8.246 unidades contra 5.270, em 2000. De janeiro a agosto de 2002 foram exportadas 7.012 máquinas, contra 5.747 no mesmo período em 2001, ou seja, tivemos um acréscimo de 22%.

Que papel desempenhará o crédito rural na agricultura brasileira nos próximos anos?

— A estratégia do governo continua a ser, cada vez mais, ampliar e tornar mais eficientes as linhas de crédito de investimento para setores específicos, estimular o aumento da produtividade, dar mais competitividade à agricultura e desenvolver ações de apoio à pecuária. Para o ano safra 2002/03 o montante de recursos destinados ao crédito de investimento a juros de 8,75% ao ano, com recursos do BNDES, foi elevado para R$2.830 milhões, o que representa um acréscimo de 22,5% sobre os R$2.310 milhões alocados no ano agrícola anterior. Na programação global de recursos para 2002/03, os recursos a serem colocados à disposição dos produtores poderão alcançar um montante de R$21,7 bilhões, o que significa um acréscimo de 26% sobre o concedido na safra anterior. Esse montante corresponde ao fluxo de aplicações ao longo do ano agrícola, de uma disponibilidade total de R$18,95 bilhões, ou seja, 28,9% acima da safra passada.

Como o senhor avalia os debates sobre os transgênicos? A demora nas discussões está fazendo com que o Brasil perca espaço no mercado internacional?

— O Brasil não ficará fora das inovações tecnológicas, continuando seu trabalho para preservar o mercado agrícola e reduzir os custos do plantio. Não devemos permitir que se repita na agricultura o que ocorreu no passado, com os setores dos medicamentos e da informática, que ficaram fechados às inovações externas, não reconhecendo patentes e acarretando um enorme atraso. No mundo inteiro cada vez mais se produzem e se consomem produtos transgênicos. O ministério trabalha valorizando a pesquisa, a qualidade dos produtos e serviços brasileiros, adotando modernos instrumentos de rastreabilidade e ações que garantem o aumento da competitividade de forma sustentável, preservando o meio ambiente. O momento requer um grande esforço do governo federal e do empresariado para aumentar a inserção dos produtos do nosso agronegócio no mercado internacional, abrindo novos mercados. É claro que qualquer decisão tomada pela Comissão Técnica Internacional de Biossegurança, a CTNBio, será acatada por nós. Acho que devemos produzir conforme as necessidades do mercado. Se tivermos compradores interessados, se os pesquisadores mostrarem que não há riscos para a saúde do consumidor e para o meio ambiente, por que não produzir e vender os transgênicos?

Ministro, em sua opinião, como aumentar a produção nacional preservando o meio ambiente?

— O crescimento da agricultura brasileira está associado aos ganhos consideráveis de produtividade, na esteira da modernização do campo. Isso significa que, ano após ano, os produtores rurais têm colheitas cada vez maiores para uma mesma área plantada. As atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologias realizadas pela Embrapa permitiram ao país ter hoje a mais competitiva agricultura de clima tropical do planeta. Tecnologias geradas pela Embrapa, muitas em parceria com outras instituições, estão mudando a face da agricultura no Brasil: contra o ceticismo de muitos, os cerrados brasileiros foram incorporados à produção e já respondem por 40% da produção de grãos. Técnicas de controle biológico permitiram estancar a ação de dezenas de pragas. A região semi-árida do Nordeste passou a produzir frutas para exportação. Com tecnologia, crescemos e preservamos o ambiente. Sómos um dos países que mais respeitam o meio ambiente.

Áurea Varjão *é jornalista.*
varjao@brturbo.com